

Moratória, o principal assunto deste encontro.

Um verdadeiro festival de moratórias da dívida externa em toda a América Latina, deixando de lado toda argumentação econômica dos credores e das entidades internacionais de crédito. Esse seria o quadro dos próximos anos se fossem colocadas em prática as sugestões que representantes de vários países fizeram ontem na Conferência Internacional sobre a Dívida Externa dos Países em Desenvolvimento, que está sendo realizada no Centro de Convenções Rebouças, em São Paulo.

A moratória deveria começar imediatamente e traria em seu bojo alguns requintes de crueldade. A cientista política norte-americana Cheryl Payer, autora do livro "A armadilha da dívida", apontada por um dos debatedores como "socialista ferrenha", entende que não basta solucionar o problema da dívida. É preciso também "leiloar o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial". Essas entidades internacionais ligadas a governos com interesses dos bancos credores deveriam ser privatizadas. Após serem leiloadas, elas passariam a atuar no segmento de consultoria, competindo com as demais empresas do setor.

Para não comprometer as normas de boa-vizinhança, os países devedores poderiam evitar um confronto direto e partir para esquemas alternativos inspirados no "banho-maria". Jorge Notaro, economista do Uruguai, observou que, nos contratos de endividamento, há uma premissa implícita de que dívidas não se pagam e que, mesmo os juros, só se pagam com novos empréstimos. Precisamos é incrementar a troca de papéis entre devedores e credores, substituindo dívidas antigas por papéis novos, para evitar assim a quebra dos devedores e dos credores.

Qual o limite de pagamento que os países podem suportar? Para Notaro, a sugestão que vem sendo feita nos últimos meses pelo senador Fernando Henrique Cardoso poderia ser aplicada por todos os países latino-americanos: a negociação da dívida deve respeitar o limite político (não comprometer as conquistas democráticas dos países devedores) e os limites sociais, não implicando ajustes que signifiquem perdas das conquistas sociais.

Vítor Moreno, representante do México, é mais partidário da solução "chá-de-cadeira" nos credores. Ele lembrou uma historinha dramática para mostrar qual a estratégia que devem seguir os devedores. Uma mãe muito pobre tinha três filhos e não dispunha de nenhum alimento para oferecer-lhes. Colocou água e algumas pedras na panela e deixou ferver. Quando o filho reclamava da fome, ela dizia que a comida estava quase pronta. E se manteve nessa posição até que os filhos, vencidos pelo sono, adormeceram. A mãe, na história, deveriam ser os países devedores.

As consequências de uma suspensão dos pagamentos da dívida seriam quase insignificantes. Os países não receberiam recursos novos mas, como já não estão recebendo quase nada, poderiam até ter um ganho, se deixassem de remeter alguma coisa. Se os credores apreendessem lá fora nossos aviões ou algum carregamento de matérias-primas, os devedores poderiam também nacionalizar os investimentos estrangeiros e teriam um saldo positivo. A possibilidade de uma invasão pelos países credores também foi descartada, embora o representante mexicano tenha lembrado que, no momento em que a relação de seu país era mais crítica com os banqueiros, alguns representantes do Congresso norte-americano sugeriram a anexação da península mexicana que fica abaixo da Flórida.